

O DEUS MISERICORDIOSO E O DEUS VIOLENTO: A RELIGIÃO BÍBLICA NO PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DA PAZ

Cássio Murilo Dias da Silva¹

Resumo: O conceito de “religião bíblica” é algo extremamente complexo e questionável e sofre mudanças conforme os períodos da história e o panorama da política internacional de cada época. O próprio conceito de quem é Deus e de como se relacionar com ele varia conforme o contexto histórico. Dado o universo em que Israel viveu – desde que se constituiu como povo, até o período romano –, a guerra exerceu maior influência do que a paz na compreensão de quem é Deus. Não admira a força do conceito de “guerra santa”. Daí a necessidade de evitar que o monoteísmo se torne legitimador da imposição da fé pelas armas. Igualmente, é necessário ler criticamente os textos bíblicos, não só para superar o fundamentalismo, mas também para fazer a justa apropriação da violência neles contida. Os Salmos com imprecizações oferecem um bom exemplo da necessidade de uma leitura crítica e equilibrada dos textos violentos da Bíblia.

Palavras-chave: Bíblia, religião, monoteísmo, paz, guerra

Introdução

Esta apresentação está dividida em duas partes. Na primeira, trataremos da formação da religião no Israel bíblico, sobre o pano de fundo da guerra e da dominação ao longo dos vários períodos históricos. Falar de “Deus da paz” ou “Deus da guerra” implica compreender os vários contextos que influenciaram na construção das imagens de Deus. Na segunda parte, trataremos das consequências – para a paz ou para a guerra – dos conceitos que temos de Deus, acrescentando um particular recorte, acerca das imprecizações no livro dos Salmos.

PRIMEIRA PARTE

Religião bíblica e história do povo de Deus

Desejo iniciar esta exposição com um pequeno exercício.

Apresentarei algumas frases e peço a todos que anotem o número de cada uma delas e escrevam AT ou NT, caso julguem que se trata de uma afirmação referente ao Antigo Testamento ou ao Novo Testamento. Eis as frases:

¹ Doutor em Ciências Bíblicas pelo Pontifício de Roma. Atualmente, é professor de Antigo Testamento na Faculdade de Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Endereço eletrônico: cassio.silva@puers.br.

- 1) Deus amaldiçoa e enfeitiça
- 2) Deus bondoso e que incita à bondade
- 3) Deus com sentimentos maternos
- 4) Deus como educador violento
- 5) Deus como incendiário
- 6) Deus como juiz severo
- 7) Deus condena a vingança
- 8) Deus devora, engole, despedaça
- 9) Deus dispersa, expulsa, diminui, esfolia
- 10) Deus é bom e sua compaixão é eterna
- 11) Deus é cheio de amor, paciência e perdão
- 12) Deus extirpa, aniquila, demole
- 13) Deus faz apodrecer e secar
- 14) Deus misericordioso e clemente
- 15) Deus quer o perdão do inimigo
- 16) Deus rejeita, desampara, abandona
- 17) Deus torna doente, faz doer, faz passar fome
- 18) O Deus da nova aliança

Ao final da primeira parte deste seminário, veremos o resultado.

1. O título deste seminário

A formulação pode ser enganosa. Por isso, é necessário esclarecer os termos e a articulação dos conceitos.

Neste seminário, não é o caso de problematizar o conceito “religião”, as etimologias possíveis da palavra, as conformações (animismo, politeísmo, monoteísmo) e as distinções entre fé, religião, religiosidade etc.

O que é necessário questionar é: “Qual” religião bíblica?

Sim, pois a Bíblia é a história do povo de Israel em contato com outros povos, cada qual com a sua religião. Em primeiro lugar, os grandes impérios: Egito, Assíria, Babilônia, Pérsia etc. Mas também os pequenos povos vizinhos ao povo de Deus: fenícios, sírios, cananeus.

Sem dúvida, o que se pensa como “religião bíblica” é a religião do povo de Israel. Mas isso apenas complica o problema: O povo de Israel teve uma única religião desde o início, ou ela sofreu mudanças? Ou seja: religião... de qual período histórico? e de qual Testamento?

O que se poderia chamar de “religião bíblica” é, na verdade, um emaranhado de conceitos complexos: revelação, monoteísmo, jvismo, Lei-Torah e outros, além das várias etapas da história do povo de Deus e do desenvolvimento de sua religião.

Eis porque esta exposição não pode evitar fazer um sobrevoos da história do povo hebreu, para que percebamos a evolução do conceito de Deus e de como se relacionar com ele.

2. Qual período histórico? Qual Testamento? Qual religião?

Convém iniciar elencando os grandes períodos da história:

- tempo dos patriarcas
- Moisés, o êxodo e a travessia do deserto
- período tribal
- período da monarquia
- período do exílio
- período persa
- período greco-helenista
- período romano

2.1. Dos patriarcas ao período tribal

Trata-se de um período bastante obscuro da história de Israel. O relato bíblico apresenta-se como uma narrativa linear; mas uma leitura atenta e crítica demonstra uma série de anacronismos, incoerências e falhas.

A pergunta “Como Israel tornou-se um povo?” recebeu várias respostas, desde aquelas que consideram o relato bíblico altamente confiável e comprovável, até aquelas que o abandonam completamente e buscam novos paradigmas para explicar o surgimento de Israel: modelo dos dois êxodos, modelo da revolução camponesa, modelo do assentamento pacífico etc. (Cf., por exemplo, GOTTWALD, 1986, 201-243).

Em várias dessas teorias, a religião jvista aparece como cimento ideológico para a unificação dos grupos que um dia chamariam a si mesmos de “Israel”.

Em todo caso, neste primeiro período, começam a surgir algumas instituições religiosas: santuários, sacrifícios, sacerdotes.

2.2. O período da monarquia

Seguindo a cronologia do relato bíblico, a monarquia em Israel tem início aproximadamente no ano 1030 a.C., quando Saul foi ungido rei por Samuel. O período monárquico se prolongou até 586, quando os exércitos de Nabucodonosor, rei da Babilônia, invadiram Jerusalém, destruíram a cidade e o templo e deportaram parte da população para a Babilônia, dando início ao chamado “período do exílio”.

No período monárquico, a religião de Israel conheceu várias etapas, ligadas principalmente às mudanças no contexto histórico e político.

Além do templo de Jerusalém, havia outros locais javistas de culto e de sacrifício.

Embora o relato bíblico queira sugerir que a religião javista era amplamente aceita e praticada em todo Israel, é difícil falar de um verdadeiro monoteísmo. No máximo, houve uma opção pela monolatria (ou henoteísmo: quando um povo cultua um único deus, mesmo reconhecendo a existência de outros). Mas talvez seja mais correto admitir que o politeísmo ainda vigorasse entre a população. A prova disso é o surgimento de vários profetas cuja atuação incluiu a luta contra o culto a outras divindades. Por exemplo: Elias (1Rs 18,20-40), Oseias (Os 11b-14; 10,1-10) e Jeremias (Jr 7,16-20).

A pregação dos profetas pré-exílicos deve ser situada neste ambiente politeísta: eles insistiram veementemente na necessidade de optar por um único Deus, mas não se falava ainda de monoteísmo no sentido estrito do termo.

Em um universo em que religião e política se fundiam e se confundiam, é fácil compreender o perigo de idolatrar o poder militar dos grandes impérios. O antigo Israel esteve sujeito a dois grandes deles: de 885 a 626, a Assíria; de 626 a 538, a Babilônia.

A dominação de um povo por outro implicava não somente na submissão política, militar e econômica: implicava também na submissão religiosa. Em outras palavras, dominar significava não somente impor tributos e nomear ou derrubar governantes, mas também impor a religião.

Em torno de 715 a.C., o rei Ezequias, de Jerusalém, iniciou uma reforma religiosa em todo o reino de Judá, uma reorganização que visava acabar com os abusos no culto. Mas o momento não era oportuno: a influência assíria ainda era forte e, com a morte de Ezequias, a reforma foi interrompida por seu filho Manassés, verdadeiro déspota, que se manteve cinquenta e cinco anos no poder, graças à sua aliança com a Assíria.

Em torno de 640, o bisneto de Ezequias, Josias, foi corado rei ainda menino. A maioridade de Josias coincidiu com rápido enfraquecimento da Assíria, o que deixou espaço para Josias retomar a reforma iniciado por seu bisavô. A reforma de Josias configurou-se como uma cruzada monoteísta marcada pela centralização do culto em Jerusalém (citação 2Rs 23,4-14).

A Assíria cedeu lugar à Babilônia. Mas foi apenas uma troca de dominadores e de estilo de dominação. Tanto quanto a Assíria, a Babilônia não suportava rebeliões e insurreições.

A política desastrosa dos últimos reis de Jerusalém levou a duas deportações para a Babilônia: a primeira, em 597; a segunda, em 586. É esta última a mais famosa e brutal: Jerusalém foi arrasada e, com ela, o templo.

A população de Israel se dividiu entre aqueles que ficaram na terra e aqueles que foram para a Babilônia. Com a destruição do templo, quem ficou na terra não podia fazer sacrifícios. Igual impedimento se aplicou a quem foi para o exílio, acrescido ao fato de estar em terra estranha. Acredita-se que foi neste período na Babilônia que surgiram as sinagogas, fenômeno religioso que permanece até hoje no judaísmo.

No exílio na Babilônia, profetas e intelectuais deportados fizeram ampla reavaliação do passado de Israel. No ambiente de confronto com outras religiões e outras histórias sagradas (as dos povos da Mesopotâmia e de outros povos conquistados pelos babilônicos), amadureceu o conceito do monoteísmo estrito (YHWH é o único Deus e não há outro).

2.3. Período persa

Em 538, Ciro, rei dos medos e dos persas, entra triunfante na Babilônia, aclamado pelos próprios babilônicos como libertador. A política de Ciro era de grande tolerância e até incentivo às religiões dos povos dominados. Poucos meses após conquistar a Babilônia, Ciro promulgou um decreto que não só autorizava a volta dos exilados judeus a Jerusalém, como também garantia subsídio financeiro para a reconstrução da cidade e do templo.

Mas a volta dos deportados para Judá não deixou de ter seu aspecto conflitivo: os que tinham ficado na terra (o “povo da terra”) tinham empobrecido, enquanto os que vinham da Babilônia chegavam com a autorização imperial persa e o dinheiro para a reconstrução.

Vários profetas atuaram neste período em que a religião servia para encorajar a reestruturação da sociedade, do país e das próprias instituições religiosas (Ageu, Zacarias e um grupo de profetas anônimos, cuja pregação está agrupada na terceira parte do livro de Isaías). Não obstante o reerguimento do templo e o restabelecimento dos sacrifícios, a religião judaica nunca mais voltaria a ser a mesma. O apego à Lei (como religião portátil) havia definitivamente criado raízes entre os judeus, e as consequências do duplo estatuto religioso – sinagoga e templo; Lei e sacrifícios – marcou a nova etapa da religião de Israel, chamada de “judaísmo tardio”. Foi o chamado “período do segundo templo”, que durou até a destruição pelos romanos, no ano 70 d.C.

Foi neste período persa que ocorreu a redação definitiva do Pentateuco (o livro do Levítico, por exemplo, embora atribuído a Moisés, reflete nitidamente o período do segundo templo).

Mas não só. Também foi neste período que o judaísmo teve contato com o zoroastrismo (a religião dos persas) e foi contaminada por ela. Uma das influências deste contato foi a aquisição de um novo conceito de “anjos” e, junto a ele, um de “demônios”. Sem dúvida, a religião do antigo Israel já falava do “anjo de YHWH”, mas era um conceito bem diferente do conceito persa: o “anjo de YHWH” não era um ser divino com identidade própria, e sim a personificação da mensagem divina. Ou seja, nosso imaginário sobre anjos e demônios é herança da religião persa, não do judaísmo antigo.

2.4. Período helenista

Em 333 a.C., Alexandre o Grande inicia sua campanha de conquistas relâmpago. Em 323, ele morre na Babilônia, vítima de malária. O grande império que havia conquistado em tão pouco tempo é dividido entre quatro de seus generais. Para a história de Israel interessam dois: Ptolomeu e Selêuco. Ptolomeu fixou sua capital em Alexandria, no Egito; Seleuco, na Babilônia. A linha divisória entre estas duas porções do império passava logo abaixo de Judá, que desde então passou a ser chamada de “Judeia”. Não demorou muito para que os sucessores daqueles dois generais amigos entrassem em conflito para ter a Judeia como território dentro de suas fronteiras. A Judeia permaneceu sob o domínio dos ptolomeus até 200 a.C., quando Antíoco III conquistou o território até a faixa de Gaza.

Começou um período de helenização forçada, acelerada por Antíoco IV Epífanes (175-162 a.C.). Tratava-se da obrigação de assumir o modo de viver dos gregos, incluindo a religião. Enquanto alguns grupos simplesmente aceitaram de bom grado as novidades culturais e religiosas do helenismo, outros assumiram uma postura de resistência até as últimas consequências: uma revolta religiosa e militar capitaneada pelos Macabeus e deflagrada em 165.

Cumprir notar que foi neste período de dominação helenista que surgiu a literatura apocalíptica como sucessora da profecia.

2.5. Período romano

A revolta macabaica só pode crescer e conquistar a independência de Judá porque o império selêucida estava enfraquecido. No entanto, novas instabilidades na política internacional levaram os judeus a apelar para Roma. Enquanto a política de conquista de Alexandre o Grande tinha sido uma guerra relâmpago para submeter logo o país dominado, a política de Roma foi muito diferente. Roma esperava a instauração de conflitos para se apresentar como mediadora da “paz” e assim conquistar o território. Uma conquista bem mais lenta, mas muito mais prolongada.

Já em 160 a.C., Judas Macabeu havia pedido auxílio militar aos romanos, que vieram, socorreram Judas e garantiram aos rebeldes o controle da região. Roma passou a monitorar de longe o que acontecia na Judeia. Mas, em 66 a.C., Pompeu assumiu o poder e começou uma política de expansão e, em 63, ocupou Jerusalém e transformou definitivamente a Judeia em província romana.

Quase quatro décadas mais tarde, César Augusto tornou-se o primeiro imperador romano e impôs a chamada “Paz Augusta” que, depois dele, passou a se chamar “Paz Romana”.

A Paz Romana foi um modo de dominação com seis aspectos: militar, econômico, político, jurídico, cultural - civilizatório e religioso (conforme a minuciosa apresentação de WENGST, 1991). Para esta exposição, é este último aspecto o mais relevante.

Na ideologia da Paz Romana, Roma exercia na terra a função dos deuses, isto é, o Império Romano era o instrumento dos deuses para assegurar que no mundo houvesse paz, harmonia, justiça, honra e salvação. O próprio César Augusto assumiu o título de “Salvador”: pela sua pessoa, os deuses estabeleciam e conservavam a paz. Por isso, desenvolveu-se o “culto imperial”, no qual o imperador era glorificado como uma divindade e tal culto transformou-se em símbolo de fidelidade ao Império: não cultuar o imperador significava deslealdade política e alta traição. Compreende-se porque os cristãos, em muitos lugares e ocasiões, foram perseguidos: além de se negarem a cultuar o imperador, proclamavam-se discípulos de um crucificado, isto é, de um inimigo político do Estado.

Na Judeia, durante o período romano, importantes acontecimentos provocaram as mais profundas mudanças na religião de Israel. Sem dúvida, a data mais importante foi o ano 70 d.C., quando ocorreu a destruição do segundo templo. Mas isso tem de ser contextualizado.

Os judeus nunca aceitaram muito bem a dominação romana, principalmente no que se referia ao pagamento de impostos. Desde seu surgimento, em 6 a.C., o movimento zelota opôs resistência aos romanos, partindo do princípio que impostos só se devia pagar a YHWH, o Deus de Israel. Revoltas isoladas eram comuns.

Em 66, em Jerusalém, algumas medidas romanas contra rebeldes resultaram em uma guerra generalizada: a primeira guerra dos judeus contra Roma.

Naquele mesmo ano, os habitantes de Qumran (essênios?) acreditaram que havia chegado o momento de eles, “os filhos da luz”, derrotarem os exércitos romanos, “os filhos das trevas”. Foram massacrados.

Em 70, os exércitos romanos invadiram Jerusalém e destruíram o (segundo) templo. A matança na cidade e a queda do templo provocaram o fim dos saduceus, o partido dos sacerdotes.

A guerra durou até o ano 72 (ou 73), quando o último grupo de rebeldes, refugiados em Massada, cometeu suicídio em massa para não serem capturados. Com isso, chegou ao fim também o movimento dos zelotas.

O único grupo judaico que sobreviveu foi o partido dos fariseus. Passada a tormenta, os fariseus assumiram a missão de reconstruir o judaísmo. Entre 90 e 100 d.C., realizaram o chamado “Concílio de Jâmnia”, para decidir quais rumos a religião judaica deveria seguir, dando origem ao judaísmo rabínico que temos hoje.

Não se pode omitir o fato de que foi também no período romano que Jesus nasceu e fundou seu movimento, o qual, por uma série de razões, se separou do judaísmo. Não obstante os discípulos de Jesus tenham sido expulsos da sinagoga e gradativamente o movimento tenha se configurado como uma religião à parte, para os romanos, o cristianismo foi ainda durante muito tempo uma seita judaica. Fora da Judeia, o cristianismo se inseriu no mundo romano, passando tanto por períodos de violenta perseguição (por vezes apenas em uma ou outra região), como por períodos de paz e tolerância, até finalmente ser assumido por Constantino como religião de Estado. Mas isso já escapa ao interesse desta exposição.

2.6. Concluindo...

A religião do povo hebreu/israelita/judeu passou por muitas etapas de desenvolvimento, conforme os períodos históricos. O pano de fundo desta exposição é formado pelos conflitos armados, pela dominação política e econômica, com o objetivo de mostrar que, no que se refere à religião, as guerras deixaram mais marcas do que a paz. Afinal, em uma concepção mítica em que a guerra entre os homens equivale à guerra entre as divindades, é necessário sempre se perguntar: Quem é Deus? Como se caracteriza a religião deste Deus? Do lado de quem ele está?

3. Bíblia e religião/ões

Este recorrido histórico nos ajudou a perceber que a “religião bíblica” (seja ela o que for) foi forjada em meio a tempos de paz e de guerra.

Interessa-nos agora investigar, ainda que superficialmente, o conceito de monoteísmo. Já falamos que, antes do exílio na Babilônia (586-538 a.C.), é mais adequado falar de monolatria em Israel do que de verdadeiro monoteísmo.

Cabe, porém, a questão: O monoteísmo é a “religião perfeita”?

Este tipo de pergunta tem por trás uma visão evolucionista da religião: o fetichismo (ou o animismo) teria “evoluído” para o politeísmo que, por sua vez, teria “evoluído” para o monoteísmo.

No entanto, um olhar mais atento para o fenômeno religioso demonstra que o politeísmo ainda está em vigor e não foi superado. Alguns exemplos:

- (a) A Santíssima Trindade: Não obstante a teologia oficial das igrejas, a enorme maioria dos cristãos não consegue minimamente compreender a distinção das pessoas divinas e por que não são três Deuses, mas um único Deus.
- (b) No catolicismo, as funções e os poderes das antigas divindades foram transpostos para os santos: São Pedro é o controlador das chuvas, São Lucas é o padroeiro dos médicos e patrono das curas, entre vários outros.
- (c) Também as religiões exotéricas são assumidamente politeístas, com duendes, fadas, anjos, entidades.

Tudo isso, sem falar nas religiões africanas, veteroeuropeias e asiáticas.

No que se refere à Bíblia (que é o assunto desta exposição), há de se perguntar se ela é um livro monoteísta ou uma literatura de monoteização.

Como vimos, o javismo representou um esforço por um Deus único, mas não desde o princípio como monoteísmo estrito, e sim como monolatria. O monoteísmo “clássico” (absoluto) chegou à maturidade e se impôs no tempo do exílio, principalmente com o profeta anônimo que chamamos de “Segundo Isaías”.

Por isso, para o período pré-exílico, é necessário diferenciar a religião “oficial” da religião popular (algo que acontece também hoje, como acabamos de ver).

A religião oficial está ligada a YHWH e às suas leis. Ela tem sacerdotes, teólogos e profetas que indicam o caminho da “ortodoxia”. Tem também linguagem e ritos refinados, com muitas distinções que o povo não conhece nem compreende. Seus ritos são praticados e controlados por representantes oficiais, pertencentes a uma hierarquia institucionalizada. No entanto, é uma religião minoritária. No Antigo Testamento, esta religião oficial está expressa principalmente nos textos da tradição sacerdotal, da tradição deuteronomista, nos profetas e nos Salmos.

Muito diferente é a religião popular. Ela está ligada aos acontecimentos do dia a dia, às expectativas, necessidades e confusões do povo. Ela tem rezadores, curandeiros e pessoas sagradas. Sua linguagem e seus ritos não são refinados, pois não há claras distinções; ao contrário, a linguagem e os ritos normalmente são periféricos e, por vezes, caóticos. As práticas religiosas escapam ao controle oficial. No entanto, é a religião majoritária, isto é, a que na prática o povo segue.

É neste confronto (e diferenciação) que se coloca o problema: Deus é violento, vingativo e guerreiro? Ou paciente, perdoador e pacífico?

Normalmente, fala-se que o Deus no Antigo Testamento é violento, enquanto o Deus no Novo é misericordioso.

Será de fato assim?

Para responder a isso, convém concluir a primeira parte desta exposição retomando o exercício com que a iniciamos.

4. O Deus da Bíblia: violento ou misericordioso?

Iniciamos esta exposição com várias frases para definir Deus. Eis as citações dos textos bíblicos em que as encontramos:

- 1) Deus amaldiçoa e enfeitiça – Mt 21,18-19: Jesus amaldiçoa figueira.
- 2) Deus bondoso e que incita à bondade – Os 6,6: “Solidariedade quero, e não sacrifício”.
- 3) Deus com sentimentos maternos – Is 49,15: “Ainda que uma mãe esqueça seu filho, eu jamais te esquecerei”.
- 4) como educador violento – Hb 5,8; 12,7: Jesus, mesmo sendo filho, aprendeu a obedecer pelo sofrimento.
- 5) como incendiário – Hb 12,29: “Deus é um fogo devorador”.
- 6) Deus como juiz severo – Mt 25,41-46: parábola do juízo final.
- 7) Deus condena a vingança – Lv 19,18: “Não procures vingança”.
- 8) Deus devora, engole, despedaça – Ap 3,16: “Vou te vomitar da minha boca”.
- 9) Deus dispersa, expulsa, diminui, esfola – Lc 1,51-53: várias afirmações no Magnificat.
- 10) Deus é bom e sua compaixão é eterna – Sl 100,5; Sl 136; Jr 33,11.
- 11) Deus é cheio de amor, paciência e perdão – Sir 2,11; Mq 7,18.
- 12) Deus extirpa, aniquila, demole – Ap 18: Deus decide a queda de Babilônia-Roma.
- 13) Deus faz apodrecer e secar – 2Pd 2: pragas contra os falsos mestres.
- 14) Deus misericordioso e clemente – Sl 116,5; Sl 145,8; Jl 2,13.
- 15) Deus quer o perdão do inimigo – Sir 27,33–28,9.
- 16) Deus rejeita, desampara, abandona – Mt 21,43: “o Reino vos será tirado...”
- 17) Deus torna doente, faz passar fome – At 9,3.8: cegueira temporária de Saulo.
- 18) O Deus da nova aliança – Jr 31,31: “concluirei uma nova aliança...”.

Como se vê, o Deus do Novo Testamento é tão violento quanto o Deus do Antigo e, semelhantemente, o Deus do Antigo Testamento é tão misericordioso quanto o Deus do Novo.

O Deus é o mesmo. O que temos, na verdade, são percepções e ênfases diferentes, motivadas por vários fatores históricos e sociais e, sem dúvida, pelo próprio desenvolvimento da revelação.

O que nos leva a questionar: o que sabemos e pensamos de Deus, é Deus mesmo ou apenas uma imagem (por vezes deformada) que fazemos dele?

Pois pode ser que o homem tenha feito Deus à sua imagem e semelhança! E nossa prática religiosa é o reflexo da imagem que fazemos de Deus.

Isso nos oferece o gancho para a segunda parte de nossa exposição: a imagem que fazemos de Deus, nos induz à paz ou nos induz à guerra?

SEGUNDA PARTE

Monoteísmo, guerra santa e Salmos com imprecções

1. Violência e Deus

À pergunta “O que é a violência?” não se chegou a uma resposta amplamente satisfatória. Antropólogos, sociólogos, psicólogos, estudiosos da cultura: conforme a corrente que seguem definem a violência de um ou de outro modo. Questões como “De onde brota a violência: ela é genética ou um fenômeno social?” e “A violência é inevitável ou pode ser educada e sublimada?” permanecem sem resposta.

Além disso, há outro problema não solucionado: o homem é o único animal que mata por prazer; por isso, é necessário definir se a violência é unicamente humana ou se a agressividade nos animais pode ser qualificada como “violência”.

Como se não bastasse a dificuldade em responder a estas e a outras questões, o fenômeno da violência se demonstra ainda mais complexo quando se fala da violência divina. Sem dúvida, no politeísmo, no qual as divindades são projeção das qualidades e dos vícios humanos, a violência divina é um problema menos exigente. No entanto, no monoteísmo, no qual Deus está livre das limitações humanas, a violência divina é um tema bíblico e teológico de envergadura.

Afirmar que a violência em Deus – tanto a positiva como a negativa – é expressão de seu poder não resolve plenamente a questão, uma vez que a violência (divina ou humana) é sempre um problema ético.

No que se refere à violência humana, há de se distinguir a violência coletiva e a violência individual. Acerca da violência coletiva, para esta exposição, interessa-nos a violência de uma nação sobre outra, de um povo contra outro; de modo particular a violência bélica ou “guerra santa”. Acerca da violência entre indivíduos, interessa-nos a violência sofrida por quem não tem força para se defender e se vingar, nem tem quem o faça: na falta um sistema regular de justiça, o oprimido não tem outro recurso a não ser apelar para Deus. Nesta exposição, veremos como isso se concretiza nas imprecações nos Salmos.

Antes, porém, é necessário discutir, ainda que sumariamente, a relação entre monoteísmo e violência.

2. Monoteísmo e violência

Relacionado ao problema da violência divina está a questão se o monoteísmo é fundamento para a vingança e a “guerra santa”.

Sem dúvida, encontramos no Antigo Testamento textos em que os inimigos de Israel são considerados inimigos de Deus: Jz 5,31; 1Sm 30,26 e vários outros. Em uma leitura fundamentalista, textos como esses são usados como argumentos para o confronto bélico. A mesma leitura fundamentalista utiliza a Bíblia como depósito de argumentos para a intolerância: Lv 20,13; contra os homossexuais; Dt 13,2-16, contra praticantes de religiões de origem africana (porque são “idólatras”).

Por isso, convém dedicar algum espaço para a leitura fundamentalista da Bíblia. Resumo, a seguir, o que já tenho publicado em SILVA, 2015, p. 17-20.

A leitura fundamentalista da Bíblia caracteriza-se principalmente pela rejeição de uma abordagem crítica. São vários os aspectos, todos eles interligados e que podem ser assim resumidos:

- a) *A Bíblia está livre dos erros da palavra humana.* A revelação e a inspiração (ainda que o fundamentalista não se questione sobre que elas sejam) anulam as características pessoais dos hagiógrafos e superam todos os condicionamentos culturais, linguísticos e científicos.
- b) *O sentido do texto bíblico é claro e expresso em palavras perfeitamente adequadas.* Não é necessário interpretar o texto, pois o significado é evidente por si mesmo. Deus “ditou” palavra por palavra e não há margem para ambiguidades ou imprecisões.
- c) *A Bíblia é a única autoridade para a doutrina e para a moral.* Só a Bíblia tem autoridade para anunciar aos homens a vontade de Deus, sem a necessidade de outro intermediário.
- d) *Os textos bíblicos têm uma aplicação moral, resistente ao tempo, à história e às diferenças culturais.* A Bíblia não necessita de atualização: ela é perene e a-histórica.

- e) *O texto bíblico é um tesouro de argumentos que confirmam o credo e a doutrina de um grupo.* Não é necessário compreender o contexto de um versículo ou de uma afirmação: a revelação da vontade de Deus está completa em cada mínima parte e deve ser obedecida rigorosamente.
- f) *Do início ao fim, toda a Bíblia pode ser interpretada do mesmo modo.* Todos os versículos da Bíblia são coerentes entre si e oferecem sempre uma resposta clara. Os líderes e movimentos espirituais são porta-vozes inquestionáveis porque gozam da iluminação vinda diretamente de Deus.

Não é difícil perceber o perigo deste tipo de abordagem, não só por promover uma leitura errônea do texto bíblico, mas também por fazer isso em nome “do único Deus verdadeiro”.

Entretanto, o mesmo monoteísmo que os fundamentalistas defendem como fundamento para a intolerância pode ser igualmente tomado como fundamento para o diálogo entre as religiões, uma vez que todas elas são a busca do mesmo e único Deus, que deseja o perdão e a paz, e não a violência e a guerra.

Além disso, uma leitura crítica e libertadora da Bíblia recorda que os seus muitos textos violentos devem ser lidos no contexto das limitações culturais (e religiosas) dos autores. Sem falar que, para os cristãos, é necessário situar esses textos no desenvolvimento da revelação que, como vimos na primeira parte, está ligada aos acontecimentos históricos.

Mas, o fundamentalista, por não querer questionar suas próprias convicções (ou falta delas), utiliza o monoteísmo como promotor do que ele considera uma “guerra santa”.

3. Guerra santa

A noção de “guerra santa” está presente em todos os povos, não só os antigos. Nos povos em que sagrado e profano são intimamente ligados, a guerra está associada a atos religiosos.

No mundo antigo (no qual a Bíblia se insere), a guerra é ordenada ou, ao menos, aprovada pelos deuses; ela é precedida por rituais (sacrifícios, purificação, consulta a oráculos); os próprios deuses estão envolvidos na batalha e combatem; terminada a guerra, são feitos sacrifícios pela vitória e parte do botim é oferecido (é o conceito de “anátima”).

É necessário, no entanto, distinguir entre “guerra santa” e “guerra de religião”. Pois enquanto a “guerra santa” tem como finalidade garantir a continuação da vida do povo, a “guerra de religião” visa impor a fé pelas armas ou defender com as armas a fé contra uma religião estrangeira. Não é difícil concluir que as cruzadas, a inquisição e a jihad islâmica não são “guerras santas”, e sim “guerras de religião”.

Cabe a pergunta: As batalhas narradas na Bíblia são “guerras santas”?

Obviamente, nem todas. No entanto, para uma resposta mais acurada, há de se observar caso por caso, não só cada conflito específico, mas também o período histórico em que se insere.

No período tribal, Israel lutava contra vizinhos invasores, nas chamadas “guerras de incursões” ou, como diríamos hoje, “arrastões” para saquear e carregar tudo o que fosse possível. Israel se defendia com exércitos formados por voluntários, sem preparação nem armas adequadas. A guerra é um assunto de Deus, que suscita os líderes para agrupar homens dispostos a lutar para defender o país. É o tipo de “guerra santa” que encontramos no livro dos Juízes.

Com a instalação e a consolidação das monarquias, as coisas mudam radicalmente. Os vizinhos pagãos que antes eram adversários, agora se tornam aliados contra outros adversários mais fortes. O fato de cultuarem outros deuses passa a ser irrelevante, pois os pequenos povos precisam se unir para fazer frente a inimigos mais poderosos. Com o advento dos grandes impérios (assírio e babilônico), as invasões muitas vezes são feitas pelo rei suserano em caso de descumprimento das cláusulas do pacto de vassalagem. Neste período, a guerra está restrita ao perímetro do império. Por outro lado, faz parte do dever do monarca constituir um exército profissional, treinado e armado. Por isso, a guerra deixa de ser uma atividade de voluntários suscitados por Deus, deixa de ser “guerra santa” para se tornar um assunto de Estado. É o que encontramos nos livros de Samuel e Reis.

Na Bíblia, ressurge o que podemos chamar de “guerra santa” – a defesa do país com voluntários que tomam as armas contra um povo invasor – no período romano.

Desde o ano 6 a.C., o movimento zelota praticava ataques e assassinatos isolados. Mas só em 66 d.C. essas escaramuças assumem as proporções nacionais.

Extrapolando os relatos do Novo Testamento, temos duas guerras judaicas contra Roma (a primeira, entre 66 e 73 d.C.; a segunda, entre 131 e 135 d.C.). Assemelham-se mais a “guerras santas” do que a “guerras de religião”, principalmente pelo fato de os exércitos judeus, que lutam contra a invasão de um país colonialista, serem formados por voluntários, e não por soldados profissionais.

Por outro lado, a guerra empreendida pelos Macabeus, no período helenista, foi em parte uma “guerra de religião”, uma vez que foi deflagrada por motivos religiosos e, à medida que os rebeldes assumiam o poder, constituíram exércitos regulares para defender o país e sua fé contra a helenização forçada. É o que fica expresso nos dois livros dos Macabeus: o primeiro, um livro de guerra; o segundo, um livro de guerra e também de mártires.

4. Salmos com imprecações

Quero encerrar esta exposição com um recorte bem preciso: os versículos violentos do livro dos Salmos. Alguns exemplos oferecem uma primeira visão do problema:

- Sl 9,16: Caiam os pagãos na cova que fizeram;
na rede que estenderam,
fiquem presos os pés deles mesmos!
- Sl 58,7a.9a: Ó Deus, quebra-lhes os dentes nas suas bocas;
que passem como a lesma que se derrete.
- Sl 69,24: Que seus olhos se escureçam e nunca mais vejam nada;
que os seus rins estejam sempre doentes!
- 109,9-13: Que seus filhos fiquem órfãos e sua esposa viúva
Que seus filhos sejam moradores de rua e vivam mendigando,
sempre perambulando no lixão
Que o credor arranque tudo o que ele tem.
Que um estranho se apodere do que ele construiu.
Que ninguém tenha dó dele nem de seus órfãos.
Que seus descendentes sejam eliminados,
e já na próxima geração seu nome seja apagado!
- 137,8-9: Ó filha de Babilônia: que tu sejas arrasada!
Bem-aventurado quem te retribuir
com a mesma moeda o que fizeste a nós:
Bem-aventurado quem agarrar tuas crianças
e esmagá-las contra a pedra!

4.1. Salmos de maldição ou Salmos de imprecação?

Uma primeira questão é saber se devemos falar de “Salmos de maldição” ou de “Salmos de imprecação”. Não se trata somente de uma questão de nomenclatura. Dado o universo religioso em que a Bíblia surgiu, a maldição é algo de grande peso. Por isso, a distinção se faz necessária.

Quatro elementos devem ser levados em consideração:

- 1) A *formulação*: se está presente ou não o sintagma com “maldito”;
- 2) A *função*: se a finalidade é prevenir ou se é vingar uma transgressão/ofensa;
- 3) O *relacionamento* entre as pessoas envolvidas: inimizade ou não;
- 4) A *autoridade institucional* de quem invoca a desgraça sobre outra pessoa.

Aplicando esses critérios, pode-se dizer que “maldição” é um termo genérico, enquanto “imprecação” é um termo específico para maldições com os seguintes elementos:

- 1) Na formulação, está ausente o sintagma com “maldito”;
- 2) A *função* é vindicativa;
- 3) O *relacionamento* entre os envolvidos é de inimizade ou, pelos menos, de confronto;
- 4) Quem invoca a desgraça não tem *autoridade institucional* para exigir reparação ou praticar a vingança.

Por conseguinte, deve-se concluir que nos Salmos não temos maldições, e sim imprecações. Além disso, é necessário observar que nos Salmos:

- há uma proporcionalidade entre a ofensa (ou o crime) e o mal imprecado.
- a imprecação não é o objeto principal nem ocupa a totalidade do poema.
- muitas vezes há também uma renovação de esperança e um voto de louvor a Deus.

4.2. *Leitura libertadora dos Salmos de imprecação*

Desde os tempos da Bíblia, a violência (seja ela coletiva, seja ela individual) sempre exigiu uma resposta da teologia. A injustiça reinante no continente Latino-Americano fez surgir a Teologia da Libertação (TdL) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). TdL e CEBs representam, respectivamente, o aspecto teórico e o aspecto prático da reflexão crítica acerca do uso da Bíblia como ponto de partida para responder à violência e à injustiça.

Acerca da TdL, convém recordar três conceitos fundamentais referentes à leitura da Bíblia:

- 1) A Bíblia é lida como Palavra de um Deus que não se cala diante da falta de justiça, de liberdade e de verdadeira vida.
- 2) A leitura libertadora da Bíblia privilegia a aplicação, e não a explicação
- 3) A pobreza e a exploração não são acontecimentos casuais, nem meros temas teológicos. O empobrecido é visto como sujeito da mudança da sociedade.

Comparando os Salmos com imprecações e a reflexão da TdL acerca da violência no mundo, temos o seguinte:

- a) Tanto os Salmos com imprecacões como a TdL deparam-se com a injustiça. Há, no entanto, uma diferença de ênfase: enquanto os Salmos gritam a Deus por socorro por uma injustiça vivida pessoalmente, a TdL acentua a denúncia das injustiças na sociedade.
- b) Tanto os Salmos como a TdL expressam confiança na ação de Deus e a ação de que ele virá para julgar a história e libertar o oprimido.
- c) A principal diferença, no entanto, está no fato de que, nos Salmos, o salmista recorre a Deus imprecando a desgraça sobre o injusto, enquanto o discurso da TdL convoca para a luta contra o mal, convoca não somente as próprias vítimas da injustiça, mas também os que quiserem se engajar na transformação da sociedade.

Estas semelhanças e diferenças ficam claramente expressas nos cantos com índole libertadora, principalmente os utilizados nas CEBs e nas Campanhas da Fraternidade.

A seguir, alguns exemplos pinçados, seguindo o esquema dos três conceitos fundamentais que acabamos de visualizar:

1) Versos que *denunciam* e *evidenciam* situações concretas de injustiça:

- Na terra dos homens pensada em pirâmide,
há poucos em cima, e muitos na base...
- Peregrino nas estradas de um mundo desigual,
espoliado pelo lucro e ambição do capital...
- Pelos caminhos da América
há tanta dor, tanto pranto ...

2) Não há dúvidas: Deus *ouve* o clamor do pobre e virá *julgar* :

- Virá o dia em que todos, ao levantar a vista,
veremos nesta terra reinar a liberdade! ...
- Nossa alegria é saber que um dia
Todo esse povo se libertará...
- Javé o Deus dos pobres, do povo sofredor,
aqui nos reuniu pra cantar o seu louvor ...

3) A grande maioria dos cantos fala de *compromisso* e *união*:

- Todo o que luta cansado da mentira,
cansado de sofrer, cansado de esperar ...

- Povo unido não será vencido. Povo unido não será vencido.
Uma só varinha é tão fácil de quebrar ...
- Vendo no mundo tanta coisa errada,
O povo pensa em desanimar ...

Repetindo e esquematizando tudo:

Salmos: injustiça (*grito de socorro*) → confiança → *imprecação (vindita de Deus)*

Cantos: injustiça (*denúncia*) → confiança → *luta (união, compromisso)*

4.3. Amor aos inimigos e releitura cristã

É inevitável que se faça a pergunta: Um cristão pode rezar os Salmos com imprecações?

Trata-se de uma questão complexa pois, se de um lado os versículos imprecatórios dos Salmos são incompatíveis com o mandamento do amor ao inimigo deixado por Jesus, por outro, encontram-se no livro que os cristãos consideram “Palavra de Deus”.

Há duas posturas que devem ser evitadas. Em primeiro lugar, devem-se evitar respostas simplistas do tipo “Estes salmos são assim porque são do Antigo Testamento”, uma solução inadequada que revela certa arrogância cristã, como se o Antigo Testamento tivesse sido anulado pelo Novo.

A segunda postura a ser evitada é partir da superioridade do Novo Testamento e diminuir o valor do Antigo Testamento como Palavra de Deus, isto é, considerar o Antigo Testamento uma Palavra de Deus de segunda classe, válida apenas como preparação para o Novo. Não quero entrar nesta discussão.

Para esta exposição, a questão a ser respondida é: “O cristão pode rezar as imprecações dos Salmos?”.

Tendo em vista a distância cultural entre o mundo do Antigo Testamento e o nosso atual, bem como as diferenças entre a fé judaica do Antigo Testamento e a fé cristã, a resposta àquela pergunta deve levar em consideração dois pontos.

Em primeiro lugar, é necessário observar que o que está em jogo não é unicamente o sentimento pessoal do salmista, mas a justiça proposta pela Torah. Ou seja, os Salmos não incentivam o ódio ao inimigo, e sim reconhecem como naturais e humanos os sentimentos de quem sofre e é perseguido. Voltando à distinção inicial – maldição ou imprecação – esses

versículos violentos são “imprecações”: o que o salmista pede é que Deus retribua ao(s) adversário(s) conforme a maldade praticada, na mesma medida e com a mesma intensidade.

Segundo, a liberdade que o salmista tem para, em suas orações, pedir que venha o mal sobre quem o prejudica significa que esta atitude está em harmonia com a imagem que o salmista tem de Deus, não só que Deus admite a imprecação e a vingança, mas também que o próprio Deus tem o direito e a liberdade de se vingar (não vingar o oprimido, mas vingar sua própria causa). A imagem de um Deus vingativo no Antigo Testamento é comum (Jr 5,9.29; 9,8; 51,6; Mq 5,14; Na 1,2). YHWH exerce este direito à sua própria vingança porque é rei, juiz, guerreiro, santo, misericordioso e vingador (PEELS, 1995).

Ora, o NT jamais nega ao Pai de Jesus nenhum desses aspectos. Ao contrário, vários personagens invocam a vingança de Deus. Sim, há imprecações também no NT: o justo perseguido impreca a vingança de Deus (Ap 6,10); o próprio Jesus condena os malfeitores (Mt 7,23; 8,12) e até impreca contra eles (Mt 11,20-24); no Magnificat, Maria impreca contra os soberbos de coração, os poderosos e os ricos (Lc 1,51-53).

Por outro lado, deve-se recordar que as diferenças entre a fé judaica e a fé cristã não se limitam a uma postura de aceitação ou de rejeição à lei do “olho por olho, dente por dente”, a famosa “Lei do Talião”, formulada em Ex 21,23-25; Lv 24,19-20 e Dt 19,21. Além disso – este dado é essencial –, a “superada” Lei do Talião foi um enorme avanço para coibir a vingança sem moderação (como a propugnada por Lamec, em Gn 4,24).

Mas isso tudo diz ainda pouco, pois é comum operar a amputação dos versículos imprecatórios dos Salmos.

Afinal, o cristão pode ou não rezá-los?

Podemos dar duas razões teóricas para uma resposta positiva, isto é: “Sim, o cristão pode rezar os Salmos com imprecações sem amputar os versículos violentos”: em primeiro lugar, como forma de solidariedade aos que sofrem violências e injustiça; segundo, mas não menos importante, para recordar a justiça da Torah como motivação pessoal para construir um mundo justo.

Sem dúvidas, são razões problemáticas, uma vez que podem dar margem à generalidade: são inimigos “virtuais”, são inimigos “espirituais”, são inimigos “dos outros”.

Esta espiritualização resolve apenas parcialmente o problema. Pois, que dizer das situações em que o cristão repete em sua própria carne a experiência e os sentimentos do salmista? E quando o adversário ou inimigo é bem visível e o mal sofrido é bem concreto?

É necessário distinguir duas circunstâncias: em primeiro lugar, a violência e a injustiça praticadas no mundo e na sociedade; segundo, a violência e a injustiça que atingem direta ou indiretamente o cristão na sua pessoa.

Quando a injúria é praticada contra sua própria pessoa, o cristão pode renunciar à vingança. Neste caso, o cristão que opta por perdoar o agressor e aceitar resignadamente toda e qualquer ofensa jamais será acusado de omissão: é uma escolha individual e particular sua assumir o sofrimento provocado por outra pessoa, independente de quem tenha razão e de qual a motivação para isso.

Diferente, porém, é a injúria praticada contra o próximo e/ou contra a sociedade. Neste caso, o cristão que não reage e se faz passivo ou indiferente peca pela omissão e pela indiferença. Para ser fiel ao projeto de Jesus, o cristão pode e deve combater a injustiça. Por conseguinte, diante da injustiça e do mal que destrói as pessoas e a sociedade, o cristão pode – e até mesmo deve – rezar os Salmos com imprecações. E isso porque as imprecações dos Salmos ensinam a esperar a vingança de Deus, ensinam também a pedir que ela chegue logo.

Nesta perspectiva, sem nenhum remorso, o cristão pode e deve rezar os Salmos com imprecações, porque o próprio Jesus ensinou a rezar pedir ao Pai: “venha o teu Reino!”

Conclusão

Esta exposição nos levou a percorrer um longo caminho. Começamos questionando o que significa a “religião bíblica”. Com o pretexto de esclarecer o desenvolvimento da religião de Israel em um universo fortemente marcado pela guerra e pela conquista militar, descobrimos que Israel teve não só de escolher entre politeísmo e monoteísmo, mas também definir os traços da divindade que assumia como sua única, primeiro como monolatria, depois, gradativamente, como monoteísmo. A opção por este perfil da divindade em quem acreditar e com quem fazer Aliança impôs a Israel a necessidade de defender e renovar tal escolha, não só diante da imposição forçada de outras divindades pelos impérios conquistadores, mas também diante da necessidade de explicar os acontecimentos da própria história e porque seu Deus nacional agiu de uma ou de outra forma (defendendo Israel ou entregando-o nas mãos dos inimigos).

Neste processo de descoberta e conhecimento de quem é YHWH e de qual a sua vontade, é inevitável que se pergunte se ele quer a paz ou a guerra, se quer a vingança ou quer o perdão. Aquilo que se concebe como a vontade de YHWH é consequência daquilo que se pensa que ele seja: YHWH é perdão e quer o perdão, YHWH é guerreiro e quer a guerra. Não foi fácil para Israel harmonizar as muitas compreensões que teve de Deus ao longo de sua história; a revelação plena de Deus como Pai só pode acontecer porque estava enraizada em um extenso processo de descoberta do divino.

A consciência desta trajetória de experiências positivas e negativas que moldaram a religião de Israel é essencial para superar a leitura fundamentalista dos textos bíblicos que legitimam as guerra e, no cotidiano, atitudes violentas. O apelo às Escrituras como fundamento e legitimação de uma “guerra santa” é uma visão distorcida do que significa o monoteísmo usado como justificativa.

A longa e conturbada história de Israel é a história da descoberta de um Deus livre, que escapa aos nossos esquemas e sempre surpreende. Se não fosse assim, ele deixaria de ser mistério.

E mesmo os versículos imprecatórios no livro dos Salmos devem ser lidos no contexto da experiência humana e religiosa dos salmistas, para evitar tanto a falsa ideia de que Deus incentiva a retaliação e a vingança, como para evitar a igualmente errônea atitude de amputar esses versículos como se não tivessem nada a nos ensinar e a nos questionar.

Por fim, quanto à questão que dá título a este simpósio – “Religiões para a paz ou para a guerra?” –, este seminário demonstrou que a resposta depende da imagem que cada um tem da divindade em que acredita e de como compreende o processo de revelação e descoberta desta mesma divindade. Mais grave do que negar a existência de Deus é ter uma concepção distorcida do que ele é e de como se relacionar com ele. Quem acredita ter compreendido a totalidade de Deus não tarda a cair no fanatismo e na violência. Humildemente, devemos reconhecer que, se Deus estivesse plenamente contido no que pensamos e dizemos a seu respeito, ele não seria mais Deus, e sim um ídolo, que criamos à nossa imagem e semelhança, e que serve para legitimar a guerra, a violência e a injustiça.

Com efeito, a resposta de Deus a Moisés, quando este o interroga a respeito de seu nome – “Eu sou aquele que sou!” (Ex 3,14) –, não só nos coloca diante da necessidade de descobrir quem é Deus a cada nova experiência histórica, como também nos convoca a “fazer com que ele seja”, isto é, nos engaja na missão fazer com que quem não o conhece, observando nossas atitudes, descubram e compreendam quem é Deus. Pois o que os outros pensam que Deus é depende do que realizamos em nome dele: a violência ou a paz, a vingança ou o perdão.

Referências

AA.VV. The Psalms of Imprecation: a Workshop. *Indian Theological Studies*. Bengaluru, n. 21, pp. 343-346, 1984.

ANDERSON, G.W. Enemies and Evildoers in the Book of Psalms. *Bulletin of the John Rylands Library*, Manchester, n. 48, pp. 18-29, 1965-66.

BAUMANN, G. **Entender as imagens da violência no Antigo Testamento**. São Paulo: Loyola, 2011.

DE VAUX, R. **Instituciones del Antigo Testamento**. Barcelona: Herder, 1992.

FOHRER, G. **História da Religião de Israel**. São Paulo: Paulus, 1983.

GOTTWALD, N.K., **As tribos de Iahweh**. São Paulo: Paulus, 1986.

GRÜN WALDT, K. **Olho por olho, dente por dente? O direito no Antigo Testamento**. São Paulo: Loyola, 2009.

KLAMPLING, R. Guerra/Paz. In: BERLEJUNG, Angelika & FREVEL, Christian, orgs. **Dicionário de termos teológicos fundamentais do Antigo e do Novo Testamento**. São Paulo: Loyola, 2011. pp. 236-237.

LOHFINK, N. e outros. **Dio l'unico. Sulla nascita del monoteismo in Israele**. Brescia: Morcelliana, 1991.

MAILHIOT, G.-D. **Os Salmos: rezar com as palavras de Deus**. São Paulo: Loyola, 2008.

PEELS, H.G.L. **The Vengeance of God**. Leiden: Brill, 1995.

SILVA, C.M.D. "Voltem todos para o sheol!" A retórica imprecatória do Salmo 9,12-21. **Horizonte**. Belo Horizonte, v. 13, n. 39. pp. 1609-1629, 2015.

SILVA, C.M.D. **A Bíblia não serve só para rezar**. São Paulo: Loyola, 2015.

SILVA, C.M.D. Salmos com imprecções: uma abordagem libertadora. In: ANPTECRE. **Anais do IV Congresso da ANPTECRE "O futuro das religiões no Brasil"**. São Paulo: ANPTECRE, 2013. pp. 1964-1989. Disponível em: http://www.unicap.br/anptecre/wp-content/uploads/2013/12/ANPTECRE_IV-Congresso.pdf. Acesso em 24/10/2015.

STADELMANN, L.I.J. As maldições nos Salmos. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 20, pp. 317-338, 1985.

TORRES QUEIRUGA, A. Monoteísmo e violência versus monoteísmo e fraternidade universal. **Concilium**, Petrópolis, n. 332, pp. 65[529]-77[541], 2009.

WENGST, K. **Pax Romana: pretensão e realidade**. São Paulo: Paulus, 1991.

WÉNIN, A. **La Bible ou la violence surmontée**. Paris: Desclée, 2008.